

ISSN-0103-7706

# HORIZONTES

REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS

VOLUME 12 Nº 2 JUL./DEZ. 1994



EDITORA DA  
UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

HORIZONTES, Brag.Pta., vol. 12, nº 2, pp. 01 a 142, jul.-dez., 1994

SUMÁRIO: O papel do Banco do Brasil S.A. no financiamento às atividades do comércio exterior - ao qual está associada sua atuação internacional - descreveu uma trajetória de progressivo declínio, ao longo das últimas três décadas. Institucionalmente, o banco perdeu sua função reguladora nessa área, e, no mercado financeiro doméstico, foi superado pelas outras instituições, em conjunto. Mudanças estruturais na economia brasileira e distintas orientações de política econômica constituem o pano de fundo desse recuo. Este artigo analisa a trajetória do Banco do Brasil sob esse aspecto.

SUMMARY: The role performed by the Banco do Brasil S.A. in financing brazilian foreign trade - to which is associated its international presence - has described a path of gradual decline, along the last three decades. Institutionally, the bank lost its regulatory prominence on this matter, and, in domestic financial market, it was surpassed by the other institutions, jointly regarded. Structural changes in brazilian economy, and several economic policies, compound the background of such movements. This article analyses the Banco do Brasil's trajectory in this dimension.

UNITERMOS: COMÉRCIO EXTERIOR, BANCO DO BRASIL, EMPRESA ESTATAL.

## DEFICIÊNCIAS SENSORIAIS, SUBJETIVIDADE E REABILITAÇÃO. NOTAS PARA UMA RESSIGNIFICAÇÃO \*

Leandro de Lajonquière\*\*

### I

Para além da diversidade de objetos (deficiências físicas, sensoriais e mentais) e da natureza das intervenções (clínicas e/ou pedagógicas) que tomam conta, hoje em dia, do campo da reabilitação, em sentido lato, cabe afirmar que ele ordena-se em torno de uma premissa: reabilitar para integrar. Também cabe afirmar, sem dúvida nenhuma, que a própria idéia da reabilitação é um invento da modernidade. Justamente, não poucas vezes se esgrime como prova do pouco espírito humanitário das civilizações antigas o lançamento dos deficientes às águas do Ganges ou do Tevere, bem como ladeira abaixo do espartano monte Tageto.

Não obstante, alguns antropólogos assinalam que essas duas atitudes, à simples vista contrárias entre si, -reabilitação dos deficientes ou sua exclusão sumária no real- não esgotam o leque de respostas que todo corpo social é passível de dar à presença, no seu interior, de certas marcas de "deficiência". Assim, ficamos sabendo que, em algumas sociedades tradicionais, o índice de exclusão real, social e/ou cultural de indivíduos que suportam marcas de excepcionalidade física, sensorial ou psicológica é quase zero ao tempo que tampouco viram objeto de nenhuma estratégia reabilitadora. Essas culturas conseguiriam recuperar e instrumentalizar essas atipias, investindo-as de um caráter de praticidade simbólica tal que mantém o dito "deficiente" no seio do fluxo das trocas sociais.

\* Trabalho apresentado no II Seminário Nacional de Integração da pessoa portadora de deficiência no contexto Educacional, FCEE-Florianópolis, 02/08/94.

\*\* Professor-pesquisador do CEPRE-UNICAMP e da FCH-USF/Itatiba.

Desta forma, as coisas não são tão simples como postular às pressas que os termos do dilema "eliminação no real-reabilitação dos indivíduos portadores de deficiências" exprimiriam uma certa tendência histórica, linear e iluminista das sociedades. Entretanto, fato de que não resta dúvida é ele ter-se delineado, precisamente, no decorrer dos tempos e, mais ainda, que assim constituído, tomou conta da maioria dos espíritos científicos, no auge de nossa modernidade.

Na Idade Média, embora possam ser encontrados alguns poucos exemplos de "atenção especial" dedicada aos deficientes físicos (por exemplo, a reclusão dos mutilados das Cruzadas em mosteiros), bem como do surgimento das primeiras tentativas pedagógicas específicas (por exemplo, o ensino de matemáticas para cegos de Jacques Bernoville) e das primeiras estratégias oralizadoras de surdos já quase nos alvares da modernidade, não aparece, ainda, nenhum conjunto de idéias que venham a constituir, de fato, uma certa ideologia reabilitadora. Ao contrário, será nos séculos XVII e XVIII -a época da "grande reclusão", ao dizer de Foucault (1977)- que ela começa a esboçar-se enquanto tal. Por um lado, os recentemente excluídos/recluídos dos intercâmbios sociais (miseráveis, delinquentes, deficientes e loucos) aumentavam progressivamente colocando, assim, um problema de espaço físico e, por outro, a confluência de uma série de idéias políticas e científico-filosóficas, ao tempo que agora impossibilitavam sua exclusão no real, permitiam pensar em sua educação e/ou reabilitação com vistas a integrá-los cultural e socialmente. Assim, vemos surgir o esboço das chamadas tendências oralistas e gestualistas na reeducação dos surdos (Samuel Heinicke e Charles de l'Épée, pioneiros na Alemanha e na França), os primeiros institutos para a educação dos cegos (como a escola fundada por Valentin Haüy), a criação do primeiro sistema tátil de leitura em finais do século XVIII por Charles Barbier (a "descoberta" de Louis Braille data de 1830), a ortopedia dos defeitos físico-posturais (dentre outros, do alemão Daniel Schreber) e o tratamento médico-moral da loucura (do pioneiro Philippe Pinel).

A constituição dessa ideologia da recuperação clínico-pedagógica das que seriam, primeiro, consideradas doenças

orgânico-sociais e, logo depois, simplesmente, deficiências físicas, sensoriais e mentais, opera-se no interior do torvelinho das idéias sensualistas, empiristas e naturalistas inerentes à modernidade. É precisamente essa conjunção de idéias que possibilita contestar a herança cartesiana; assim, passa a ser impugnado, por um lado, o dualismo filosófico e a se sustentar, em seu lugar, a unidade ontológica e orgânica entre as faculdades físicas e mentais do homem e, por outro, o inatismo gnosiológico.

Um exemplo paradigmático desse processo de re-articulação do imaginário social no auge da modernidade foi o debate que teve lugar a começos do século XIX em Paris, por ocasião da captura de uma "criança selvagem", logo batizada de Victor. Com efeito, o fato de afirmar que a mente não era uma faculdade inata e que, no seu desenvolvimento, as influências do meio agem sobre a base físico-fisiológica dos sentidos, tomavam possível que, no horizonte discursivo da França pós-revolucionária, cientistas e intelectuais debatessem a propósito da educabilidade de Victor. Assim, ninguém discutiu se o aspecto selvagem do menino devia-se à presença ou ausência nele de algum, mais ou menos divino, princípio externo à trama orgânica das reações fisiológicas. Ao contrário, Pinel, Sicard, Virey e Itard debateram acerca da maior ou menor possibilidade de vir a restaurar os sentidos e faculdades danificados por causa de Victor ter-se perdido nas florestas e, portanto, ter passado anos à margem de toda "estimulação social", responsável pelo desencadeamento das reações fisiológicas e da associação de idéias. Philippe Pinel foi categórico: assemelhou o menino aos idiotas de Bicêtre; isto é, além dos danos em certa medida passíveis de reparação, causados pelo isolamento, sustentou a existência de lesões congênitas. Entretanto, o jovem Jean Itard ao desconsiderar a existência dessas lesões irreversíveis, passou a dedicar-se durante dez anos à reeducação de Victor, conforme o que ele mesmo chamou de "medicina moral" (cf. de Lajonquière, 1992)

Desta forma, no seio do espírito moderno começou a aninhar a idéia reabilitadora. De agora em diante, as marcas de excepcionalidade física ou psicológica passaram a ser consideradas indícios ou

manifestações de doenças orgânico-sociais tratáveis, uma vez que é tido como uma operação viável o fato de intervir no real da anátomo-fisiologia, ora via estritamente médica, ora via uma metódica e moral estimulação sensorial.

Não obstante, cabe frisar que, ao nosso ver, os ideais positivo-iluministas, ao tempo que fizeram da empresa reabilitadora um processo científico passível de ser pensado, planejado, testado e metodicamente padronizado, também inocularam no seio da modernidade os germes da sua própria impossibilidade. O sensualismo, empirismo e naturalismo modernos, por um lado, e o nascente positivismo epistemológico, por outro, confluíram para que a heterogeneidade inerente ao campo da reabilitação passasse a ser reduzida a uma questão de habilidade sensorio-motora e para que a própria estratégia de intervenção fosse pensada como um mero tecnicismo mais ou menos laboratorial.

Outro não poderia ter sido o resultado, visto que o modelo estruturado em torno da idéia da conjunção empírica organismo-sociedade, a redução da natureza simbólico-cultural da realidade humana a uma simples materialidade sensorial, bem como a ilusão metodológica positivista, só podiam recortar no horizonte do pensável, estratégias reabilitadoras sob a forma de estimulações metódicas. Em outras palavras, se o "indivíduo deficiente", sua mente, inteligência ou o que for que seja, é pensado nos moldes de um músculo atrofiado por falta de uso, então, deve-se estimulá-lo mecânica e linearmente, até conseguir que o resto de eficiência que por ventura vier a existir consiga manifestar-se e retomar, assim, a trilha do desenvolvimento natural da qual nunca deveria ter saído.

Essa forma moderna de pensar o retorno ao caminho da eficiência e da "habilidade social", à qual o homem estaria condenado pela sábia mãe Natureza, passa a autorizar a variada, e no entanto homogeneizada em sua axiomática, empresa reabilitadora. Assim, no decorrer do século XIX surgem exercícios ortopédicos conduzentes a colocar os corpos no caminho da beleza postural e as mentes na bondade moral; uma parafermália tecnológica para fazer "falar" todos os

surdos indiscriminadamente; um receituário de treinos para eliminar os "hábitos viciosos" próprios dos cegos; um conjunto de intervenções médico-pedagógicas endereçadas a dissuadir o louco e um leque de medidas punitivas de natureza expiatória para reabilitar os delinqüentes.

Mais ainda, como o segredo da estratégia terapêutico-reeducadora consistia em submeter o indivíduo, aliás, sua deficiência, a um conjunto de estimulações padronizadas tendentes a reabilitar de fato a função que por direito natural já deveria estar habilitada, nada melhor que tal empresa se fizesse em ambientes específicos que, ao possibilitar o controle científico das variáveis em jogo, garantissem um maior grau de eficácia e rapidez. Desta forma, a estratégia começou a fechar-se sobre si mesma uma vez que para "integrar" via reabilitação o "deficiente" -isto é, para fazer dele um sujeito que participe ativamente no seio das trocas sociais- era necessário, antes de tudo, segregá-lo para assim poder convertê-lo em objeto de científicos e metódicos cuidados.

## II

À diferença dos tempos medievais, supostamente obscurecidos pelos mistérios da Fé, no século XVIII o pensamento Iluminista estava decidido a fazer da modernidade a idade da translúcida e laica Razão. Entretanto, o próprio René Descartes, não poucas vezes indicado como alicerce do filosofar moderno, não conseguiu divorciar o espírito ou mente da alma escolástica, provando mais uma vez que as coisas não são tão simples como se apresentam (cf. Brett, 1972:280/5). Para subsanar esse descuido cartesiano houve, como acabamos de ver acima, que aguardar o auge do monismo ontológico. Foi ele que conseguiu, neste ponto, realizar a fantasia iluminista: em certo sentido, laicizar a mente ao reduzi-la à trama físico-fisiológica do organismo.

No entanto, não escapa que a modernidade acabou pagando um preço muito alto por esse gesto libertador. O monismo não só acabou de vez com a sutil materialidade das chamadas faculdades mentais, como

deu margem à estruturação do que acabaria se convertendo na grande armadilha da psicologia contemporânea: Isto é, a armadilha de tentar restituir alguma natureza singular ao homem sem recair nas garras do espiritualismo.

É sabido que no interior do campo psicológico -um desses tantos que vieram à luz junto com o próprio século XX- essa herança moderna em particular foi, precisamente, motivo de dissimil tratamento. Enquanto Pavlov abonou, sem mais, o gesto monista, seu contemporâneo Watson decidiu endossá-lo à meias; por um lado, valeu-se dele para postular o que seria o pilar do nascente experimentalismo psicológico -o esquema E-R- e, por outro, decidiu ignorar metodologicamente o problema da natureza da mente (cf.Saal,1975) (cf.De Rose,1982).

A solução achada por Watson possibilitou o aprofundamento da Psicologia do Comportamento. Entretanto, e apesar de sua hegemonia, logo começou a ter que dividir a cena com certa reação, não poucas vezes esboçada em seu próprio interior. Justamente a tese das "variáveis intervinientes" acabou, precisamente, por "sujar" a limpeza paradigmática originária assentada sobre o esquema E-R.

Porém, além desse fato tornar complexo o horizonte experimental, ele também acabou por recolocar o velho problema da qualidade psíquica. Obviamente, se no próprio seio da outrora homogeneizada Psicologia Comportamental são agora re-allocadas cognições, emoções, afetos, etc., então, como não interrogar-se a respeito da sua sutil materialidade? Assim, talvez caiba afirmar que às décadas de tranquilidade inaugurada por Watson, para o bem-estar dos psicólogos, seguiram-se anos de confusão epistemológica, ao ponto tal de George Canguilhem (1966) intitular seu já clássico ensaio "O que é a Psicologia?".

Pois bem, como se recorta fisionomicamente sobre esse heteróclito pano de fundo, a não poucas vezes chamada Psicologia Aplicada à Reabilitação?

Por um lado, a constituição desse campo profissional singular - se puder ser assim considerado - arrasta consigo as aporias, contradições e paradoxos inerentes à estruturação da Psicologia enquanto ciência

contemporânea (cf. Braunstein,1975). Por outro, essa "psicologia aplicada" não pode menos que na sua operação de constituição incorporar os traços da demanda que a própria ideologia reabilitadora lhe formula; a saber, contribuições para poder apagar com rapidez a dita deficiência que um indivíduo porta e, assim, integrá-lo à sociedade.

Desta forma, uma vez que a psicologia passa a ser convidada a agir no campo da reabilitação, sua própria confusão e profusão conceitual acaba se aliando ao reducionismo empiricista que, por sua vez, caracteriza aquele. Como resultado se obtém, por um lado, tantas especialidades psicológicas quanto "deficiências" e, por outro, infelizmente, não poucas vezes, o revigoramento das clássicas estratégias reabilitadoras. Isto é, assistimos ao surgimento da psicologia do deficiente visual, do auditivo, paraplégico, etc., bem como de todo tipo de justificacionismo psicológico dos reabilitantes treinos sensório-motores quando não, também, dos insucessos por ocasião de eles serem aplicados a Pedro, Maria, etc.

Recorrendo à história, é óbvio concluir que esse destino não poderia ter sido menos funesto. O espírito "psi" das primeiras décadas abriu a possibilidade para que alguma coisa da ordem da subjetividade, daquele "portador" de uma certa marca de excepcionalidade sensorial, pudesse ser colocada em questão. No entanto, a confusão epistemológica que tomou conta da maioria dos sistemas psicológicos contemporâneos foi facilmente apagada e assim aproveitada pela ideologia reabilitadora. Assim, à própria impossibilidade mais ou menos radical de tematizar com limpeza conceitual o singular caráter psicológico da "mente humana", acrescentou-se o gesto tipicamente positivista de hipostasear as hipóteses, de forma tal que a "deficiência" acabou tomando conta do "indivíduo como um todo".

Em resumo, dos estritos limites sensório-motores de uma habilidade deficiente, recortados enquanto objeto de operação no auge da modernidade, passou-se paradoxalmente, na tentativa de "humanizar" a estratégia reabilitadora, a fabricar conceitualmente um "indivíduo deficiente". Em outras palavras, a reificação da deficiência

sensorial fez, no caso, do surdo e do cego um deficiente auditivo e um deficiente visual respectivamente.

Note-se, entretanto, que essa reviravolta no seio do espírito reabilitador ainda está sendo equacionada: de fato, oscila-se sistematicamente entre as expressões deficiente e indivíduo portador de deficiência.

Não podemos menos que frisar que essa oscilação nominativa repete-se à maneira de um sintoma do ecleticismo epistemológico-conceitual inerente à própria ideologia reabilitadora hegemônica que aqui estamos, entre todos, tendando, precisamente, ressignificar.

Mais ainda, cabe assinalar que esse ecleticismo conceitual não impede que o próprio campo acabe se ordenando, na maioria das vezes, em torno da ilusão empiricista típica que reduz o sujeito ao organismo ou, em outras palavras, a "mente" a ser um epifenômeno do soma (cf. de Lajonquière, 1993a:18/20). Nesse sentido, se o organismo mostra-se mais ou menos grosseiramente mutilado e/ou inábil, então, outro tanto grau de deficiência deveriam também apresentar as "faculdades mentais".

Em suma, temos que se a premissa básica é "o indivíduo é um organismo que se adapta ao meio" e se de fato algum sentido é "deficiente", então, o miolo da estratégia profissional será cuidar minuciosamente dessa adaptação. Assim, listam-se hábitos a serem treinados, como também, suministram-se uma série de conselhos no intuito, ora de "concientizá-los das limitações", ora de afiançar sua moral e expectativas (cf. Novaes, 1975:29/30) (cf. Kanner, 1962)

Neste contexto, não se pode menos que assinalar que a chamada psicologia aplicada à reabilitação não cumpre de fato aquilo a que de direito deveria estar respondendo: se no caso das "deficiências sensoriais", a surdez o fez surdo, a cegueira o fez cego, então, o que é que faz deficiente aos "deficientes" ?

Se o pensamento psicológico fosse capaz de introduzir esse interrogante no seio do campo da reabilitação, então poderia, talvez, estar contribuindo a desfazer o tamanho paradoxo de ter que isolar Pedro ou

Maria e, mais ainda, convertê-los em objetos de metódicos cuidados científicos, na expectativa de, ao final do processo, devolvê-los ativos ao seio dos intercâmbios sociais. Em outras palavras, articulando essa pergunta, poderia estar contribuindo para que nós, profissionais desta área, possamos interrogar-nos continuamente sobre a nossa própria prática clínica e/ou educacional, evitando, assim, reduzir o sujeito a um objeto mais ou menos manipulável empiricamente.

### III

Nos anos 70, na Escandinávia e nos EEUU, começaram a ser realizados os primeiros esforços sistemáticos para integrar "crianças deficientes" ao ensino regular. Obviamente, não escapa a ninguém que essa mudança de postura, que implica em si mesma a subversão da clássica axiomática -segregar, reabilitar e integrar-, inscreve-se no contexto do "espírito contestatário" dessa época.

Entretanto, logo depois, resurgiriam as "teses segregacionistas", ficando instalado, dessa forma, um debate vigente até hoje. O trabalho de Danielle Van Steenlandt, intitulado "La integración de niños discapacitados a la educación común" e editado pela UNESCO, resume com clareza as reviravoltas que esse debate sofre desde então.

Os chamados integracionistas passaram a denunciar não só o caráter iatrogênico em si das práticas diagnósticas e classificatórias, sobre as quais se alicerça a ideologia reabilitadora clássica, bem como, o fato de essa tipificação ter efeitos negativos sobre os educadores ao determinar que o processo passe a girar só em torno da "deficiência". Mais ainda, frisaram, precisamente o paradoxo da própria estratégia -ter que segregar para integrar-, pois os estudos anti-psiquiátricos mostravam conclusivamente os efeitos psíquicos contrários, produzidos pela institucionalização médico-pedagógica. Já os novos segregacionistas não podiam menos que voltar a insistir na tese dos cuidados especiais (cf. Steenlandt, 1991:17/8).

Para além dos detalhes desse debate, assinalemos o fato de ele ter operado logo no início uma certa mudança de critérios: do focalizar exclusivamente o indivíduo, passava-se agora ao entorno. Até então, a reabilitação, em sentido lato, centrava-se em "apagar" a diferença, seja qual fosse, valendo-se de uma série de práticas médico-reeducadoras. Agora, ao contrário, o conceito de normalização, forjado pelo dinamarquês Bank-Mikkelsen, determinava que se procurasse dar, por exemplo, aos "deficientes mentais condições de existência tão próximas ao normal como fosse possível" (op.cit.pág.25). Isto é, "normalizando" o entorno, normalizaríamos o indivíduo e, por conseguinte, estaríamos integrando-o.

Porém, logo depois, o debate inverteu-se novamente visto que esgrimiou-se que nada melhor que re-criar artificialmente essa "vida normal" no interior das escolas especiais. Assim, sucederam-se argumentos e contra-argumentos até a atualidade.

É interessante frisar que esse pendular de teses segregacionistas e integracionistas acabou tomando conta da chamada Educação Especial como um todo. Independentemente das diferenças que pudessem vir a ser conceitualizadas entre as diversas "deficiências", tanto umas quanto outras propostas passaram a valer para psicóticos, cegos, surdos, "crianças Down", etc. Mais ainda, também devemos ressaltar que no desenrolar dessa história outras invenções viram à luz: a classe especial na escola normal, a sala de recursos específicos e o professor itinerante.

Depois de um certo período de calma, assistimos hoje novamente a um debate acirrado sobre a problemática reabilitadora, em sentido amplo, e, em especial, sobre as possibilidades de integração dos "deficientes" aos sistemas regulares de ensino.

No entanto, cabe assinalar que, não poucas vezes, trata-se, infelizmente, de uma re-edição do velho debate, pois, ao nosso modesto entendimento, o que na maioria das vezes não chega a ser questionado é o próprio nó da empresa reabilitadora clássica, isto é, o fato de ter que reduzir o sujeito a um objeto de metódicos e científicos cuidados instrumentais.

Essa situação explica-se no contexto que temos tentado desenvolver até aqui. A falta de critérios não-empiricistas determina que, por um lado, se homogeneizem as vicissitudes que podem vir a marcar singularmente a educação de sujeitos portadores ou não de alguma "deficiência" sensorial e, por outro, se reduza conceitualmente as "deficiências sensoriais" a serem simples deficiências sensoriais. Ao nosso juízo, não podemos confundir "deficientes sensoriais" com crianças psicóticas, autistas, débeis mentais, caracteriais e mais ou menos "indisciplinadas". Da mesma forma, as próprias deficiências sensoriais não devem ser reduzidas a uma função, até certo ponto inábil, que faz de "seu portador" um objeto treinável.

Em suma, as chamadas deficiências mentais não podem ser conceitualizadas sobre o prisma das deficiências sensoriais e/ou físicas, nem o estatuto sensório-motor envolvido na "deficiência sensorial" pode nos impossibilitar de pensar a subjetividade na qual ela inscreve-se simbolicamente. Entretanto, frisemos que reparar em tal diferença não deve se confundir com nenhum interesse classificatório; na ilusão de vir a embasar a administração de cuidados cada vez mais específicos. Ao contrário, uma vez que essa diferença, entre outras, foi grosseiramente apagada, seu resgate nos ajudaria a pensar na complexidade própria das "deficiências sensoriais", centro de nosso interesse. Mais ainda, reparar nela possibilitaria colocar num primeiro plano do debate a pergunta em torno de nossa sutil natureza psicológica e, por conseguinte, a suposta viabilidade de fazer dela um objeto de reeducação moral-motora.

É nesse contexto precisamente, que adquirem, ao nosso juízo, importância dobrada os estudos psicanalíticos de Maud Mannoni sobre a debilidade mental e a psicose na infância.

Na década de 50, Jacques Lacan começa a liderar um movimento, no interior do campo psicanalítico, que ele mesmo batizou de "retorno a Freud". De fato, a especificidade conceitual do invento freudiano -o inconsciente- viu-se apagada nas leituras sociológicas, biológicas e psicologizantes que se sucediam dos textos do pai da psicanálise. Esse reducionismo trouxe, por acréscimo, a degradação da

experiência clínica originária e sua homologação a uma psicoterapia adaptacionista (cf. de Lajonquière, 1993b).

No interior dessa reviravolta teórico-clínica que se processava naqueles tempos, Maud Mannoni começa a transitar pela trilha aberta por Melanie Klein, Winnicott e Dolto: pensar psicanaliticamente a infância. Porém, o "retorno a Freud", operado por Lacan, acabaria lhe possibilitando re-pensar singularmente a psicose e a debilidade mental na infância, bem como, re-equacionar sua problemática institucional e educacional com uma agudeza exemplar. Assim, seus trabalhos passaram a inscrever-se nos interstícios paradigmáticos da psicanálise e da pedagogia, produzindo consequências tanto no interior do campo freudiano quanto no seio da empresa reeducadora das classicamente consideradas deficiências mentais.

Em 1969, lidera a fundação da Ecole Expérimentale de Bonneuil-Centre d'Etudes et Recherches Pédagogiques et Psychanalytiques sob o lema "um lugar para viver". Essa frase resume, muito bem, o nó de nossa questão: a vida humana, ou se preferirmos, a subjetividade, não é objeto a ser reeducado ou reabilitado.

A clássica empresa reabilitadora da "deficiência mental" reduzida a um leque de treinos sensório-motores, estaria indo, precisamente, na contra mão do que se diz desejar: integrar o sujeito, isto é, mantê-lo ativo no seio das trocas sociais.

A clínica mannoniana e a experiência pedagógica de Bonneuil articulam-se a partir de uma análise crítica do conceito acadêmico de desenvolvimento psicológico que alimenta, precisamente, a ilusão na reeducação instrumental. O sujeito não se reduz a um acúmulo de ossos, carne e emoções ou afetos mais ou menos psico-bioquímicos. Ou seja, o sujeito deixa de ser pensado nos moldes das psicologias monádicas ou diádicas tradicionais para ser entendido como aquilo que o desejo e os discursos dos outros recorta historicamente no seio da uma cultura e inscreve num organismo mais ou menos maltratado (cf. Saal e Braunstein, 1980) (cf. Jerusalinsky, 1988:23/33). Assim, recorta-se sua natureza simbólico-cultural, produto do entrecruzamento discursivo social, à diferença do tratamento epistemológico confuso que lhe é dado

no seio do saber psicológico contemporâneo. Isso possibilita questionar, precisamente, o tradicionalmente suposto estatuto orgânico das psicoses, da debilidade mental, como também das variadas vicissitudes escolares das crianças "mais normais" (cf. Mannoni, 1982, 1987, 1988).

Dessa forma, Bonneuil consegue subverter de vez o próprio axioma das estratégias reabilitadoras hegemônicas: a necessidade de se reduzir o sujeito a um objeto de cuidados institucionalizados. Aliás, cabe frisar que isso é a tal ponto assim, que até a clínica analítica, em sentido estrito, fica do lado de fora da escola. Em suma, trata-se de uma experiência possibilitada pela ruptura que a psicanálise representa com relação à psicologia empiricista e à pedagogia clássica, mas que mantém simultaneamente sua natureza educacional.

A experiência de Bonneuil articula-se nesse suposto paradoxo: trata-se de uma instituição educativa destinada a "deficientes" que não faz de seus alunos objeto de reeducação nem indagação clínica. Para compreender que não se trata de um impasse paralizante, muito pelo contrário, deve-se reparar no original conceito de *instituição estilhaçada* (cf. Mannoni, 1978:45; 1983:67). Aqui parece residir o segredo da proposta que saberia, nesse aspecto, ter-se beneficiado das observações anti-psiquiátricas.

A "escola" é uma espécie de lugar de passagem entre as famílias e as estadias das crianças no campo, em companhia de artesãos e camponeses junto aos quais aprendem um ofício. Justamente, o efeito reeducador não estaria dado por nenhuma atividade em si, tanto aquelas escolares desenvolvidas no "interior" de Bonneuil quanto no "exterior" mas, em última instância, pela própria possibilidade das alternâncias que provocariam o estilhaçamento do peso imaginário da instituição. Assim, os efeitos iatrogênicos da institucionalização e, de sua outra cara, a estratégia de cuidados metódicos passariam a ser contornados nesta singular proposta (re)educadora.

Nesse contexto, adquire sentido também o atributo experimental que aparece no nome qualificando a escola. Não estaria se referindo a um hipotético caráter laboratorial mas, ao contrário, ao fato da instituição e do processo educativo estarem sendo sempre colocados



em questão com o intuito de possibilitar a emergência de "imprevistos", no lugar dos típicos "incidentes" dos contextos psiquiátrico-escolares (cf. Mannoni, 1978:46) (cf. Basaglia, 1974:33/40)

Em resumo, poder-se-ia afirmar que Bonneuil, no interior do vasto campo das "deficiências mentais", inverte a premissa *reabilita para integrar*. Ou seja, de fato estaria propondo, como alguns integracionistas, *integrar para reabilitar*. Entretanto, assinalemos que, ao nosso ver, Bonneuil nos estaria mostrando a possibilidade de irmos mais além uma vez que o experimentalismo da escola estaria, precisamente, colocando em questão os efeitos institucionais inerentes à transmissão escolar dos conhecimentos e, em particular, às estratégias reeducadoras.

Bonneuil, graças às teses freudo-lacanianas que lhe possibilitam contestar o modelo psicológico empiricista, alicerçado na dupla organismo-sociedade e na tese da "estimulação social", apresenta-se, então, como um lugar para viver e não como um laboratório, onde se aplicam estimulações calculadas cientificamente em vistas a treinar os órgãos sensoriais e/ou a consciência. Mais ainda, como um lugar onde, longe de institucionalizar-se o sintoma, oferta-se, muito singularmente, uma série de oportunidades para o sujeito sustentar-se na sua busca de "reconhecimento simbólico" (cf. Lacan, 1983:243/260) (cf. Mannoni, 1982; 1987:29/66)

Cabe assinalar, também, que o pioneirismo de Maud Mannoni soube, com o tempo, produzir consequências além dos limites da experiência consagratória de Bonneuil. Assim, por um lado, a clínica mannoniana da "deficiência mental" passa a inspirar o surgimento de uma clínica transdisciplinar dos diversos "problemas do desenvolvimento" e, por outro, Bonneuil, em particular, converte-se em referência simbólica para outras experiências educacionais (cf. Jerusalinsky, 1988). (cf. Baraldi, 1992, 1993)

Pois bem, retomemos nosso raciocínio; como afirmamos, é improcedente homologar as clássicas "deficiências". Entretanto, isso não significa contestar, na linha das reflexões mannonianas, a natureza sensório-motora das "mentais" e, simultaneamente, reduzir a problemática das "deficiências sensoriais" a serem simples encruzilhadas

HORIZONTES, Brag.Pta., vol 12, nº 2, pp. 61 a 77, jul.-dez., 1994

de um organismo que se adapta ao meio, na medida das habilidades que lhe restam. Ao contrário, trata-se, precisamente, de re-pensar, no interior do campo de interrogantes e experiências aberto pioneramente por Mannoni, até que ponto a imposição no real do organismo de um limite sensorial determina o caráter subjetivo "deficiente" que se atribui aos cegos e aos surdos.

Desta forma, talvez a procurada "integração" não estaria dada pelo fato de se fazer do surdo um indivíduo o mais hábil possível na oralidade, assim como, do cego alguém capaz de dissimular seus "trejeitos típicos" ao ponto de que lhe aconteça o que de melhor poderia vir a lhe acontecer -"não ser tomado como tal"- conforme deseja ingenuamente Heimers (1970:65). Isto é, tratar-se-ia de não pensar mais a "integração" na direção do máximo apagamento possível do "déficit sensorial" via reabilitação instrumental.

Ao contrário, a almejada integração talvez deveria passar a ser pensada como o efeito subjetivo que se articula na participação das trocas simbólico-sociais e em relação à qual uma habilidade sensório-motora acabaria se revelando por acréscimo enquanto "reabilitação".

## BIBLIOGRAFIA

01. BARALDI, C. (Org.) (1992) **Aprender: la aventura de soportar el equívoco**, Rosario, Homo Sapiens Ediciones.
02. ----- (1993) **Clínica interdisciplinaria en los trastornos del desarrollo en la infancia**, Rosario, Homo Sapiens Ediciones.
03. BENEDITO, G. (1975) **"El problema de la medida en psicología"** In Braunstein (org.) *Psicología: Ideología y Ciencia*, México: Siglo XXI Editores..
04. BRAUNSTEIN, N. (1975) **"Que entienden los psicólogos por psicología"** In Braunstein (org.) op.cit.
05. BRETT, G. (1972) **Historia de la Psicología**, Buenos Aires: Editorial Paidós.

HORIZONTES, Brag.Pta., vol 12, nº 2, pp. 61 a 77, jul.-dez., 1994

06. CANGUILHEM, G. (1966) Qu est-ce que la Psychologie ? in Cahiers pour l'Analyse, 2, março de 1966
07. DE LAJONQUIÈRE, L. (1992) "O Legado Pedagógico de Jean Itard. A pedagogia: ciência ou arte ?" In **Educação e Filosofia**, 12, vol. VI, 37-51.
08. ----- (1993a) **De Piaget a Freud. A (psico)pedagogia entre o conhecimento e o saber**, Petrópolis: Vozes.
09. ----- (1993b) "Uma Introdução à Psicanálise em Cinco Lições" In **Psicopedagogia**, 27, vol. XII, 11-18.
10. DE ROSE, J. (1982) "Consciência e Propósito no Behaviorismo Radical" In Prado, B. **Filosofia e Comportamento**, SP: Brasiliense.
11. DO CARMO, A. (1991) **Deficiência Física: a sociedade brasileira cria, "recupera" e discrimina**, Brasília: PR/Secretaria dos Desportos.
12. FERREIRA, M. e BOTOME, S. (1984) **Deficiência Física e Inserção Social**, Caxias do Sul: Editora da UCS.
13. FOUCAULT, M. (1977) **Vigiar e Punir**, Petrópolis: Vozes.
14. GODINHO, E. (1982) **Surdez e Significado Social**, SP: Cortez Editora.
15. HARARI, R. (1970) **El objeto de la operación del psicólogo**, Buenos Aires: Nueva Visión Editora.
16. HEIMERS, W. (1970) **Como devo educar meu filho cego ?**, SP: Fundação para o Livro do Cego no Brasil-MEC-CNEC.
17. HILL, W. (1978) **Teorias contemporaneas del aprendizaje**, Buenos Aires: Ediciones Paidós.
18. JERUSALINSKY, A. (1988) **Psicoanálisis en problemas del desarrollo infantil**, Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision.
19. KANNER, R. (1962) "Considerações sobre os efeitos psicológicos da cegueira" In **Revista Brasileira de Reabilitação**, SP: v.3
20. LACAN, J. (1983) **El seminario I. Los escritos técnicos de Freud**, Barcelona: Ediciones Paidós.
21. LE CAMUS, J. (1986) **O Corpo em Discussão**, POA, Artes Médicas.
22. LEVIN, E. (1991) **La clínica psicomotriz. El cuerpo en el lenguaje**, Buenos Aires: Nueva Visión Editora.

23. MACEDO, R. (1986) **Psicologia e Instituição**, SP: Cortez Editora.
24. MANNONI, M. (1978) **Um lugar para Viver**, Lisboa: Moraes Editores.
25. ----- (1982) **La Primera Entrevista con el Psicoanalista**, Buenos Aires: Gedisa.
26. ----- (1983) **La educación imposible**, México: Siglo XXI.
27. ----- (1987) **El niño su "enfermedad" y los otros**, Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision.
28. MANNONI, M. (1988) **A Criança retardada e a Mãe**, SP: Martins Fontes.
29. MORKOVIN, B. (1963) **Rehabilitación del niño sordo**, México: Editora La Prensa Mexicana.
30. NOVAES, M. (1975) **Psicologia Aplicada à Reabilitação**, RJ: Imago.
31. PASTERNAK, M. (1975) "Introducción al problema da los métodos en psicología" In **Braunstein** (org.) op.cit.
32. ROCHA, H. (1987) **Ensaio sobre a Problemática da Cegueira**, Belo Horizonte: Fundação Hilton Rocha.
33. SAAL, F. (1975) "Conductismo, Neoconductismo y Gestalt" In **Braunstein** (org.) op.cit.
34. SAAL, F. e BRAUNSTEIN, N. (1980) "El sujeto en el psicoanálisis, el materialismo histórico y la lingüística" In **Braunstein Psiquiatria, teoria del sujeto, psicoanálisis**, México: Siglo XXI.
35. SANCHEZ, C. (1990) **La increíble y triste historia de la sordera**, Caracas: Editorial del Centro Profesional para Sordos.
36. STEENLANDT, D. (1991) **La integración de niños discapacitados a la educación común**, Santiago de Chile: UNESCO.
37. TARLEI DE ARAGON (1993) "Relativizando a Loucura" In **Boletim da Associação Psicanalítica de Porto Alegre** (entrevista)